



**Fundação Ensino e
Cultura
“Fernando Pessoa”**

**Relatório de Gestão
2018**

9

FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA “FERNANDO PESSOA”

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais, apresentamos o Relatório de Gestão da **FUNDAÇÃO ENSINO E CULTURA “FERNANDO PESSOA”**, contribuinte número 502 057 602, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

De acordo com os seus estatutos, a Fundação, instituída em 1988, para a promoção do ensino e da cultura, para o desenvolvimento e a gestão de instituições de ensino superior e para o fomento da investigação científica, fundamental e aplicada, fins que realiza através da Universidade Fernando Pessoa (UFP), alargou a sua atividade, a partir de Janeiro de 2013 com a abertura do seu Hospital-Escola (HE), à prestação de cuidados de saúde, primários, secundários e terciários, com internamento e em ambulatório.

A Fundação, através da UFP, assume a sua missão de interesse público, legalmente reconhecido, e de responsabilidade social, de contribuir para o incremento da cidadania e para o enriquecimento humano da sociedade em que está inserida, pelos serviços que lhe presta, tendo a ética individual e organizacional como um imperativo moral, e o conhecimento e competência técnica dos seus recursos humanos como garantia de uma gestão rigorosa, empenhada na sustentabilidade ecológica, na empregabilidade dos seus diplomados e na internacionalização e competitividade das formações que disponibiliza. Através do HE, a Fundação tem vindo a diferenciar-se também na promoção e na educação para a saúde e na prestação de cuidados na doença, numa lógica assistencial manifestamente pedagógica, alicerçada na humanidade dos prestadores e na humanização dos serviços.

A apresentação do relatório anual, para além de constituir um momento de balanço do trabalho desenvolvido, principalmente na vertente económico-financeira, permite, simultaneamente, fazer uma reflexão sobre os pontos vulneráveis da nossa Fundação, o que obriga a assumir atitudes de mudança, criadoras de motivação e de confiança, para a realização de novos projectos.

Os princípios enunciados orientam a cultura da gestão da Fundação e das suas principais unidades, a UFP e o HE, interpretada com rigor pelo seu Conselho de Administração constituído por:



- ◆ Salvato Vila Verde Pires Trigo - Presidente
- ◆ Maria Manuela Guedes Rombert Soares Trigo – Vice-Presidente
- ◆ Nadine Stella Rombert Trigo - Secretária

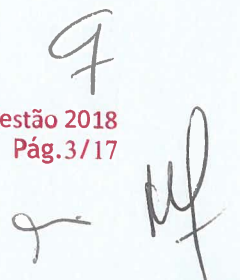
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O presidente do conselho de administração (CA) continua a acreditar que a modernização e o desenvolvimento do país dependerão, cada vez mais, de governos que entendam que só uma iniciativa privada, criativamente empreendedora, dinâmica, ousada, com cultura de risco e inteligência para o controlar, com consciência moral e ética da responsabilidade cívica que lhe cabe, pode sustentar o Estado social inclusivo de todos os cidadãos, sejam empregadores ou empregados, funcionários públicos ou profissionais liberais, membros de órgãos de soberania ou de instituições confessionais. Atacar as iniciativas privadas e ver nelas empecilhos à realização do Estado social, do Estado de bem-fazer, do Estado provedor e regulador, afinal do Estado de direito constitucional, é confundir a universalidade dos conceitos com a particularidade das ideias, é não servir o Estado, mas servir-se do Estado, é provocar discórdias ideológicas e não procurar consensos, é inviabilizar a coesão de que são feitos os países desenvolvidos e garantes da igualdade de oportunidades à afirmação dos talentos de cada um, com os quais se gera a mobilidade e a ascensão social, a partir da qual se produz a riqueza que permitirá aos governos democráticos dispor de um orçamento do Estado, através do qual podem regulamentar e praticar a justiça distributiva de rendimentos e, assim, combater as desigualdades sociais.

Embora reconhecendo que as agendas ideológicas, as peias burocráticas e consequente lentidão e, tantas vezes, pouca transparência do processo decisório da administração pública e seus agentes diretos e indiretos, afectam as actividades da Fundação (FFP), porque são desmotivadoras para quem acredita no futuro, o presidente do CA não pode, todavia, deixar de considerar que, apesar desses constrangimentos, o resultado do exercício do ano de 2018 foi assaz positivo, mesmo que marcado ainda pelas incertezas e dificuldades que a remanescência da crise, que o país viveu, criou nos públicos-alvo destinatários dos serviços prestados pela instituição.

Para esse resultado, contribuíram todos os que se dedicaram com lealdade e entusiasmo às tarefas administrativas, técnicas, pedagógico-científicas ou de atendimento e prestação de cuidados de saúde, na UFP ou no HE, os quais se tornam, por isso, merecedores de agradecimento pelo seu profissionalismo.

Uma palavra de reconhecimento merecem também os pais e os alunos, nacionais e internacionais, que continuam a confiar no projecto diferenciador e na qualidade de ensino e da formação da UFP. Essa confiança sentimo-la também nos pacientes que, completados que estão seis anos de funcionamento do HE, têm sublinhado a distinção dos seus espaços e a competência técnica e humana dos seus profissionais.



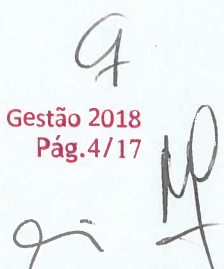
A cultura da internacionalização, já vivida intensamente na UFP, com mais de 35% dos seus alunos regulares provenientes de mais de quatro dezenas de países, em 2018-2019, irá chegando paulatinamente ao HE, por forma a que, também nos cuidados de saúde, possamos ajudar à credibilização internacional dos nossos serviços. Para estas tarefas, o presidente continuará a contar com a colaboração preciosa dos restantes elementos do conselho de administração da Fundação e com o apoio do conselho da Reitoria, das pró-Reitorias, Académica e de Desenvolvimento Institucional e Relações Internacionais, das direcções das Faculdades, das presidências dos conselhos científicos e pedagógicos, das coordenações dos ciclos de estudos, na UFP; e, no HE, com a diligência do conselho e das direcções de apoio à gestão, das direcções clínica e de enfermagem, das coordenações dos serviços de prestação de cuidados. Enfim, de todos os profissionais que são a riqueza humana da Fundação Fernando Pessoa e constituem a comunidade pessoana assente no culto do bem, da virtude e da verdade.

CONTEXTO MACROECONÓMICO

Em termos macroeconómicos, 2018 foi um ano positivo para Portugal. Neste último ano, a economia portuguesa cresceu 2,1% (estimativa do Banco de Portugal), registando níveis historicamente baixos de desemprego e de défice. Há vários anos que a economia apresenta indicadores positivos para os quais têm contribuído o crescimento do investimento privado e das exportações bem como a confiança dos consumidores e o clima económico (em Portugal e na Europa). A boa prestação da economia nos últimos anos coloca Portugal, as empresas e as famílias numa posição melhor para abordar os desafios de 2019. No entanto, são de salientar alguns riscos para a economia portuguesa, entre eles, uma possível subida das taxas de juro na zona Euro, acontecimentos internos que possam colocar em causa a imagem externa do país e/ou uma crise política internacional.

Esta evolução é consistente com a fase mais madura do ciclo económico em que o país se encontra, bem como reflecte os efeitos da desaceleração económica dos seus principais parceiros comerciais. No geral, as famílias e as empresas reduziram significativamente o seu nível de endividamento face a 2009, estando hoje mais bem preparadas para gerir um eventual abrandamento económico.

Enquadramento internacional: Em 2018, a atividade económica global subiu cerca de 3,7% (estimativas FMI), mantendo a tendência de crescimento moderado a que temos assistido nos últimos anos. O crescimento global permanece apoiado nas economias emergentes (acima de 5,0%), sendo que as economias têm conseguido manter um crescimento anual perto dos 2,0% - 2,5%, não obstante uma evolução menos positiva da Europa e do Reino Unido. Num contexto internacional politicamente atribulado, a economia global mostrou, em 2018, sinais de resiliência, perspetivando-se a manutenção dos níveis de crescimento para o próximo ano.



É claro que, neste contexto, o nosso foco está mais no chamado mercado da educação, que tem vindo a crescer de forma consistente, não tanto graças ao mercado interno, cada vez mais estrangido pelos efeitos duma demografia negativa, mas devido à procura externa, especialmente em áreas de formação de profissionais de saúde, a qual, nos países da União Europeia, não tem oferta suficiente. Portugal, nestes últimos anos, tem sido um destino cada vez mais procurado por jovens comunitários e extracomunitários, para realizarem a sua formação superior, o que tem incentivado à internacionalização do nosso sistema de ensino universitário e politécnico. Estivesse o país político mais consciente da importância estratégica de apostar na exportação do conhecimento (e não das pessoas que o detêm) e já teria introduzido as alterações condizentes na nossa lei de bases da educação e no ordenamento jurídico que a concretiza, no sentido de tornar mais claro, previsível e confiável o ambiente regulatório interno, permitindo às instituições, que atuam neste sector económico, tornar-se mais autónomas, criativas, atrativas e competitivas no mercado internacional.

Enquanto tal não acontecer, não será possível alargar e credibilizar mais o nosso contributo para cumprir a famosa Agenda de Lisboa e avançar, de forma coerente e consequente, para tornar a União Europeia num espaço referencial da economia do conhecimento.

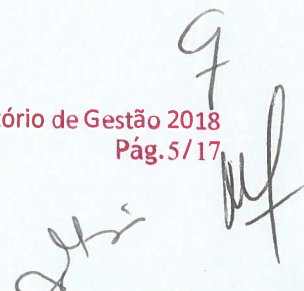
EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA FUNDAÇÃO

Nas duas principais áreas de actuação, o Ensino e a Saúde, a FFP teve um crescimento na ordem de 8%, relativamente a 2018, tendo aumentado os seus rendimentos operacionais que atingiram os €33 361 340,79.

O EBITDA atingiu os € 2.512.187,32 e a margem EBITDA foi de 7.39%. Este desempenho reflecte o crescimento dos níveis de rentabilidade da FFP, continuando a garantir-nos não só o cumprimento do programa da amortização do investimento realizado como a construção, equipamento e funcionamento do HE mas também a libertação, cada vez mais, de fundos, para melhor a realizarmos a máxima essencial da genuína fundação que somos: aqui não se remunera capital; outrossim, remuneram-se o trabalho e o mérito.

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Na Universidade Fernando Pessoa, entendemos a internacionalização crescente e o recrutamento de novos alunos, não como uma mera política de atração de clientes mas, sobretudo, como um compromisso com a qualidade real e efectivamente percebida do ensino e da formação técnica e humana dos nossos estudantes, diplomando verdadeiros cidadãos capazes de se empenharem criticamente no progresso e na melhoria da sociedade a que pertencem. Por isso, a nossa pedagogia reflecte a cultura institucional, que privilegia a relação de proximidade e de contacto directo com os públicos-alvo, tornando os professores em facilitadores de aprendizagem, em metodólogos de soluções e não, em geradores de problemas e em desmotivadores do futuro.



MISSÃO, VISÃO E VALORES

Consagrados nos nossos Estatutos, a nossa **missão** é a de formar cidadãos esclarecidos, científica e tecnicamente apetrechados e com autonomia de pensamento, para participarem criticamente no processo e no progresso social; a nossa **visão** é a de que a universidade é hoje, mais do que foi outrora, um promotor de cidadania activa; um motor de desenvolvimento económico e um inibidor de desigualdades sociais; os nossos **valores** são os do humanismo, da moral, da ética e da deontologia profissional; da responsabilidade social, do respeito pela dignidade da pessoa, independentemente da sua origem étnica, da sua orientação sexual ou religiosa; da avocação e defesa dos direitos humanos, neles incluídas a inviolabilidade da vida humana, a igualdade de género e a protecção da criança a um crescimento saudável e educacionalmente inclusivo; o reconhecimento do mérito e a igualdade de oportunidades, sem condicionalismos económicos ou sociais; o diálogo educado é informado como método privilegiado de prevenção, de resolução de conflitos e de promoção da paz.

ACÇÃO E ESTRATÉGIA

A UFP, além da actividade corrente de ensino e de formação, desenvolveu diversas acções, tendo em vista a prossecução dos objectivos estabelecidos:

- Protocolos e acordos de cooperação assinados com instituições parceiras de âmbito científico e cultural, estágios para os alunos; concessão de apoios e bolsas de estudos com unidades de investigação e de incentivo à I&D;
- Serviços prestados à comunidade, através dos Laboratórios de TV, de Rádio e de Fotografia; da Agência Experimental de Comunicação; das Clínicas Pedagógicas de Fisioterapia, de Medicina Dentária, de Psicologia, de Reabilitação Psicomotora e de Terapêutica da Fala;
- Continuidade das acções do PASOP-Projecto Ambulatório de Saúde Oral e Pública, contribuindo, nas escolas, para a saúde oral e, em IPSS, em Centros Paroquiais, Sociais e Culturais, em Juntas de Freguesia, para a educação da população em prevenção e em cuidados de saúde;
- A actividade do PAAS-Projecto Ambulatório de Ambiente e Saúde que promove a recuperação ambiental e desenvolve actividade no âmbito de Protocolos existentes entre a UFP e diversos municípios, para montagem de estratégias que melhorem a qualidade do ambiente e a correta utilização dos recursos naturais;
- Dinamização da investigação fundamental e aplicada, quer através do FP-ENAS e do FP-B2S, duas unidades de investigação da UFP reconhecidas pela Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT), a primeira das quais com financiamento trienal assegurado, quer pela participação de docentes da universidade em centros de investigação e laboratórios protocolados doutras instituições;
- Prestação de serviços de consultadoria internacional, através do Laboratório de Isotérmicas, na área da energia e do petróleo, na continuação da contratualização feita com a UFP pela empresa norte-americana Halliburton para a companhia dos petróleos de Angola – SONANGOL;

- Participação das edições da UFP em mostras de livros e do Gabinete de Comunicação e Imagem da UFP em várias feiras de educação de âmbito nacional e na promoção dos cursos da universidade junto de dezenas de escolas secundárias, assim como do Gabinete das Relações Internacionais em feiras internacionais de estudantes;
- Organização de Eventos, Cursos e Olimpíadas do Conhecimento, promoção da actividade física, através da Academia de Saúde e Lazer (ASL), prémios a docentes e alunos, apoio a alunos seus que são atletas de alta competição;
- Alargamento da rede de agências de recrutamento de alunos internacionais, para consolidação da internacionalização da qualidade e competitividade da nossa oferta formativa.

QUALIDADE E ESTABILIDADE DO CORPO DOCENTE

Uma das marcas distintivas do projeto educativo protagonizado pela Fundação, desde 1988, no panorama do ensino superior não estatal, é, desde sempre, a preocupação de dispor de um corpo docente próprio, devidamente qualificado, com um estatuto de carreira docente específico mas análogo ao do ensino superior público, que adotámos, enquanto o Governo não publica, como vem sendo prometido, desde 1985, o estatuto legal da carreira docente do ensino superior particular e cooperativo.

O pessoal docente da UFP atinge atualmente os 340 membros, 70% dos quais têm vínculo laboral permanente e 30% têm contrato de docência anualmente renovado, exercendo-a em acumulação com atividade profissional liberal, sobretudo nas áreas da engenharia, da arquitetura e das profissões de saúde.

Dos mais de 230 docentes com vínculo à UFP, mais de 85% têm o grau de doutor na área científica ou nas áreas científicas afins das unidades curriculares que lecionam; 11% têm o grau de mestre e 4% têm o grau de licenciado, sendo, todavia, especialistas de reconhecida competência e experiência profissional. Importa também salientar que 20% dos docentes têm um vínculo à UFP de 20 ou mais anos de serviço; 52% têm entre 11 e 19 anos de serviço; 20% têm entre 4 e 10 anos de serviço; e 8% apenas têm até 3 anos de serviço na instituição, o que dá bem conta da estabilidade e qualidade dos recursos docentes da UFP. Acresce que 65% do corpo docente têm menos de 50 anos, e 25 % têm entre 51 e 60 anos.

ALTERAÇÃO ESTATUÁRIA E ORGÂNICA

Passados que estão quase 10 anos de vigência dos atuais estatutos, durante o ano de 2018, a Fundação promoveu a alteração dos estatutos da UFP (aguardando-se o seu registo pelo ministério da tutela), ajustando-os melhor à realidade presente da instituição e ao seu previsível desenvolvimento futuro. Introduzir-se-á uma estruturação orgânica diferente, resultante da melhor caracterização dos dois tipos de ensino existentes na UFP – o universitário e o politécnico; da centralização do projeto formativo conferente de grau no campus do Porto; da redefinição da unidade de Ponte de Lima e da melhor articulação com o HE, como verdadeiro hospital-escola.

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E PARCERIAS

A UFP continuará a alargar o âmbito das suas parcerias com o objectivo de fomentar e desenvolver a investigação científica e a divulgação dos seus resultados em publicações internacionais com revisão por pares e factor de impacto. Procuraremos pôr em funcionamento, a partir do início do próximo ano lectivo de 2018-2019, o fundo de apoio à investigação científica e à investigação clínica, realizada em parceria com o HE, com a contribuição financeira dos fornecedores de bens e serviços à Fundação.

CERTIFICAÇÃO ISO 9001 E ACREDITAÇÃO DO SISTEMA INTERNO E DA QUALIDADE

Concluída a certificação ISO 9001 do HE, a Fundação promoverá de seguida a mesma certificação da UFP. Entretanto, em 2019, a UFP apresentará o seu sistema interno de garantia da qualidade à acreditação da Agência de Avaliação e de Acreditação do Ensino Superior (A3ES), por forma a tornar mais fluidos e sustentados os processos de acreditação e avaliação dos ciclos de estudos conferentes de grau oferecidos pela UFP. Desta tarefa de acreditação ocupar-se-á o Gabinete de Apoio à Acreditação e Avaliação de Ciclos de Estudos em articulação com o Observatório da Qualidade da UFP, cuja definição funcional constará expressamente da revisão estatutária já analisada pelo Conselho da Reitoria.

ACÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

- As Clínicas Pedagógicas de Fisioterapia, Medicina Dentária, Psicologia, Reabilitação Psicomotora e Terapêutica da Fala e os atendimentos que fazem a públicos carenciados, encaminhados por IPSS e por Juntas de Freguesia e outras instituições solidárias com quem temos protocolos para o efeito, são a face mais visível da nossa ação e da nossa prática da responsabilidade social;
- O PASOP-Projeto Ambulatório de Saúde Oral e Pública e o PAAS- Projeto Ambulatório de Ambiente e Saúde ajudam à transferência do conhecimento da Universidade para as comunidades, ao mesmo tempo que contribuem para o aprofundamento da consciência cívica e da responsabilidade social dos alunos e docentes da Universidade neles envolvidos;
- O Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI) e o Gabinete de Estágios e de Saídas Profissionais (GESP) da UFP monitoram a empregabilidade dos nossos diplomados e ajudam à sua inserção na vida ativa, fazendo a ponte com os *stakeholders* da Fundação com quem mantêm relacionamento de mútua confiabilidade e de cooperação no recrutamento de recursos humanos.

HOSPITAL UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

O ano de 2018 foi, fundamentalmente, de implementação e de consolidação de um conjunto de metodologias resultantes do processo de planeamento de gestão.

O HE vai concretizando gradualmente o seu programa científico, pedagógico e assistencial, ancorado no rigor técnico e ético dos profissionais que nele trabalham e que fazem dos cuidados clínicos também gestos de humanidade e de empatia com os pacientes.

O envolvimento e comprometimento de todos, com uma visão de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados pelo HE como instituição cuidadora, formativa e de investigação, permanentemente atenta às novas exigências técnicas e humanas dos cuidados de saúde da população, asseguram a simbiose entre a satisfação dos pacientes que recebem cuidados de qualidade e a realização pessoal de todos os profissionais de saúde.

O HE presta cuidados de saúde sobretudo à população do Município de Gondomar, que conta cerca de 170.000 habitantes, mas, graças à sua diferenciação em certas valências médicas e médico-cirúrgicas, como a cirurgia urológica e a bariátrica, a medicina dentária e a medicina física/fisioterapia e a ortopedia, tem vindo a atrair cada vez mais pacientes da Região metropolitana do Porto e até de outras regiões do Norte e do Sul do país. A diferenciação e qualidade dos cuidados de saúde que presta têm vindo a ser compensadas pela avaliação excelente do projecto SINAS da Entidade Reguladora de Saúde.

O HE tem capacidade para 200 camas no máximo da taxa de ocupação. Apesar do crescimento considerável que registou em 2018, ainda não atingiu o máximo da sua capacidade de internamento, sendo, todavia, a sua taxa de ocupação permanente superior aos 75%. Além dos 3 serviços de Internamento IMC, IM, ULDM e UMDR, esta viu aumentada a sua capacidade de 15 para 30 camas, integradas na Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), registando conjuntamente com a ULDM taxas de ocupação sempre superiores a 90%.

As Convenções com o SNS têm vindo a incrementar a actividade de alguns serviços, como a Medicina Física e de Reabilitação (MFR), a Imagiologia e os Exames Especiais de Gastroenterologia. Em 2018, fruto de acordos com instituições parceiras na área laboratorial, o HE verá alargadas as convenções com o SNS a outras áreas.

Verificou-se o alargamento da actividade da Consulta Externa, através do recrutamento para os quadros permanentes do HE de mais especialistas de medicina interna, de pediatria, de fisioterapia e de medicina geral e familiar, o que permitiu aumentar as agendas fixas de mais especialidades médicas e cirúrgicas.

Tendo por base o enquadramento e a orientação estratégica do plano de actividades do Serviço de Enfermagem para 2018, procurou-se apoiar a tomada de decisão e desenvolvimento das actividades numa lógica de exequibilidade e sustentabilidade. Referimos a seguir as principais medidas e objectivos operacionais, que a Direcção de Enfermagem foi concretizando:

1. Promover a excelência clínica – Numã clara aposta de qualidade, instituindo uma dinâmica no desenvolvimento da actividade de Enfermagem apoiada por uma metodologia científica da consolidação e concepção de cuidados, tendo como base o preconizado pela CIPE- Catálogo Internacional Práticas de Enfermagem;
2. Promover ganhos em saúde - As acções desenvolvidas visaram sobretudo prevenir complicações através de acções atempadas e antecipadas às situações;
3. Promover a integração de cuidados, através do acompanhamento e monitorização da alta do paciente da ULDM;
4. Promover a eficiência pelo acompanhamento e pela monitorização dos consumos nos serviços;
5. Promover a formação e a investigação - Foi elaborado o regulamento da formação pelo CEFES, tendo aprovado vários projectos de investigação e formação nas áreas médica e de enfermagem;
6. Promover a satisfação dos profissionais mantendo-os motivados e comprometidos com a Instituição;
7. Melhoria contínua da qualidade - Priorizar o acompanhamento dos profissionais de saúde;
8. Participar na reestruturação e alargamento dos serviços-.

A Direcção Clínica, entretanto, definiu como plano estratégico da sua actividade uma maior proximidade ao corpo médico do Hospital, no sentido de um melhor conhecimento das competências profissionais instaladas e de uma gestão clínica mais participada e incentivadora de mais humanização e mais qualidade na prestação dos cuidados. Em conjunto e com o apoio do Conselho de Gestão do Hospital, a Direcção Clínica reorganizou as áreas funcionais, definindo como essenciais a Urgência e a Consulta Externa, fundidas numa mesma coordenação, justificada pelo facto de serem essas as duas portas principais de acesso aos serviços do Hospital. Assim, melhorou-se também a coordenação do Internamento médico e médico-cirúrgico.

O HE está, por isso, a fazer o caminho para a sua sustentabilidade própria, no seio da actividade global da Fundação. Tal caminho passará, em 2019, pelo desenvolvimento e fixação de um corpo clínico próprio dedicado ao HE, com o conseqüente ajustamento das colaborações médicas pontuais, em regime de acumulação.

ENSINO, INVESTIGAÇÃO TRANSLATIVA E INTERNACIONALIZAÇÃO DO HE

Durante o ano de 2018, o CEFES – Centro de Formação, de Ensino e de Investigação em Saúde do HE procedeu à elaboração de normas regimentais internas de acolhimento de estagiários, oriundos da UFP mas também de outras instituições de formação, nacionais e estrangeiras, tais como da Faculdade de Medicina do Porto, para a área da Pediatria, e da Nova Southeastern University of Florida (USA), para diferentes valências médicas e cirúrgicas.



O acompanhamento de estagiários de medicina (estudantes do ano comum, no caso da FMUP, e estudantes de “rotatory”, no caso da NSU) pelos coordenadores dos respectivos serviços do HE, permitiu testar, uma vez mais, a idoneidade formativa do hospital, através do grau de satisfação manifestado por escrito pelos estagiários e pelas suas instituições de origem, a ponto de se prever para 2019 um aumento do número de estagiários, especialmente da NSU, o que reforçará o nosso empenho no desenvolvimento da componente “escola” do nosso hospital.

O CEFES organizou e promoveu, em 2018, um conjunto alargado de formações, para os profissionais do hospital, mas também para profissionais de saúde externos, organizando também alguns seminários e debates de questões essenciais para maior qualificação e mais literacia em saúde.

A procura crescente de pedidos, para estágios pedagógicos e de formação profissional no HE, por parte de instituições públicas, como a Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico do Porto, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e como Agrupamentos e Escolas Técnico-Profissionais, e instituições privadas, como Colégios, e de associações socioprofissionais, como a Ordem dos Psicólogos, aumentou consideravelmente a actividade do CEFES, que começou, apesar disso, a preparar o planeamento, para 2019, de ações de enquadramento e de fomento de projetos de investigação translativa.

A internacionalização do HE, também na prestação de cuidados e não apenas na formação e investigação, foi pensada durante o ano de 2018 no âmbito do conselho de gestão, das direcções clínica e de enfermagem, e dos diversos serviços médicos e cirúrgicos, ficando definida a estratégia da sua implementação, a partir do ano de 2019.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

A FFP, estando numa fase de consolidação do seu processo de integração organizacional, ou seja, o desenvolvimento e implementação dos planos de acção de investimento e de formação dos seus colaboradores, mantém e prossegue o reforço nas suas áreas de actuação, para que possa concretizar o objectivo de gerar condições para um desenvolvimento ainda mais sustentado, potenciando níveis crescentes de melhoria do seu clima organizacional e da prestação dos seus serviços.

Continuou a ser seguida, em 2018, uma estratégia de gestão económica e financeira rigorosa, com vista atingir os objectivos definidos. Racionalizaram-se investimentos e consumos, ajustaram-se melhor os recursos humanos, com reflexos evidentes ao nível do equilíbrio entre proveitos e despesas, sem pôr em causa, todavia, a qualidade da prestação dos serviços.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas relativas ao exercício de 2018 retratam a situação económica e financeira da Fundação, em regime normal de funcionamento, e apesar do abrandamento económico e das dificuldades individuais e sociais quer a nível nacional quer internacional (a UFP tem uma percentagem considerável de alunos internacionais), as contas reflectem um reforço, também ele excepcional, dos recursos financeiros desta Fundação.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, mantidos em conformidade com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e da norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho.

1. Rendimentos

O volume de negócios atingiu os € 33 361 340,79, ou seja a Fundação aumentou o seu volume de negócios relativamente ao ano anterior em cerca de 8%.

Descrição	Ano 2018	Total %	Ano 2017	Total %	%
Vendas e Pr.Serv.	33 361 340.79	98.15%	30 833 280.30	96.87%	8%
Subs. Exploração	187 624.23	0.55%	232 519.10	0.73%	-19%
Outras imparidades (reversões)	0.00	0.00%	341 314.71	1.07%	-100%
Out. Rend.e Ganhos	442 515.54	1.30%	421 951.62	1.33%	5%
Juros, divid.,Out.Rend. Simil.	0.00	0.00%	0.00	0.00%	0%
TOTAL	33 991 480.56	100.00%	31 829 065.73	100.00%	7%

Como se pode verificar neste mapa resumo, observa-se um aumento no total de rendimentos em 2018, por comparação com 2017, em cerca de 7%. Tendo-se verificado um aumento nas vendas/prestações de serviços, uma diminuição dos subsídios à exploração e a inexistência de reversões.

Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

2. Gastos

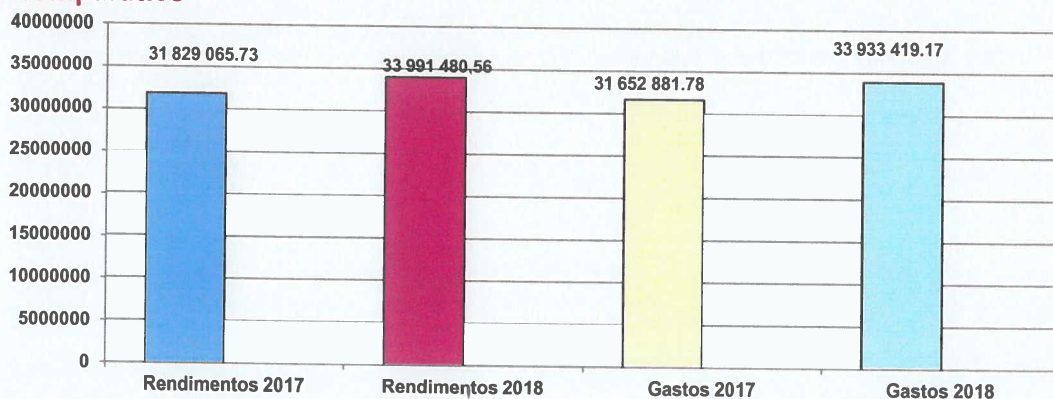
O total de gastos e perdas, no valor de € 33 933 419,17, regista um aumento correspondente a 7,20%, relativamente ao ano anterior.

Os **Gastos e Perdas** acompanharam o aumento dos rendimentos, pelo que o resultado deste exercício espelhou-se no valor, antes de impostos, de € 58 061,39.

Descrição	Ano 2018	Total %	Ano 2017	Total %	%
C.M.V.M.C.	2 161 850,72	6.37%	1 915 357.90	6.05%	12.87%
Forn.Serv.Externos	8 356 665.28	24.63%	7 797 456.14	24.63%	7.17%
Cust. c/ Pessoal	20 688 847.88	60.97%	18 173 389.95	57.41%	13.84%
Deprec. Amortizações	1 845 476,99	5.44%	1 863 251.13	5.89%	-0.95%
Perdas por imparidade	2 290,00	0.01%	1 054.60	0.00%	117.14%
Provisões	50 001,00	0.15%	557 140.62	1.76%	-91.03%
Perdas redução justo valor	0,00	0.00%	80 109.39	0.25%	-100.00%
Out. Gastos e perdas	219 638,36	0.65%	562 230.89	1.78%	-60.93%
Gast. e perdas financ.	608 648,94	1.79%	702 891.16	2.22%	-13.41%
TOTAL	33 933 419.17	100.00%	31 652 881.78	100.00%	7.20%

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes, quer para o período em análise quer para o anterior.

Resumo Comparativo



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

Do quadro anterior, constata-se que não houve desvios significativos na comparação dos períodos económicos, quer em termos de rendimentos quer em termos de gastos.

3. Variação Patrimonial

Do confronto dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se um Resultado Líquido positivo de 44 565,81€, conforme mapa abaixo.

RUBRICAS	2018	2017
Rendimentos	33 991 480,56	31 829 065,73
Gastos	- 33 933 419,17	- 31 652 881,78
Resultado antes de impostos	58 061,39	176 183,95
Imposto sobre o rendimento do período	-13 495,58	- 35 491,02

Do que acima se afirmou, face à conjuntura vivida, o ano de 2018 foi, obviamente, difícil mas, mesmo assim, com a boa gestão implementada e demonstrada, obteve-se um resultado positivo.

O rácio da autonomia financeira, face ao balanço de 2018, atinge 0.35; por outro lado, o rácio da solvabilidade é de 0.54.

Gastos com o pessoal

Os custos com o pessoal e respectiva produtividade podem ser analisados no quadro seguinte:
Pessoal

RUBRICAS	2018
Nº Trabalhadores	853
Gastos com Pessoal	20 688 847,88

Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”

Além dos funcionários contratados, a Instituição conta também com prestadores de serviço independentes (docentes e prestadores de serviços na área da medicina, entre outros), cujo valor ascende a € 2 181 625,67, e com subcontratos que totalizam €1 826 980,94.

Relação do Investimento

No ano de 2018, registou-se um investimento total de 338 514,32€, distribuído pelas várias rubricas dos activos fixos tangíveis e intangíveis, conforme quadro abaixo:

Activos

Descrição	2018	2017	% no Total
Activos Intangíveis	0.00	13 298.76	-100.00%
Activos Fixos Tangíveis			
Edifícios e Outras Construções	44 738.94	41 140.36	8.75%
Equip. Básico	209 266.80	155 161.62	34.87%
Equip. Administrativo	2 323.80	12 573.51	-81.52%
Outras activos tangíveis	82 184.78	9 720.90	745.44%
TOTAL	338 514.32	231 895.15	45.98%

4. Evolução Previsível da Fundação

A Administração considera que os resultados obtidos pela Fundação, em 2018, reforçam a sua estabilidade, quer no plano patrimonial e económico-financeiro quer no plano da quota de mercado detida.

Estando os investimentos em infra-estruturas físicas de monta e em equipamentos essenciais realizados e em condições de possibilitar, nos próximos anos, na UFP e no HE, um crescimento de alunos, sobretudo internacionais, e um aumento de pacientes, a Fundação aumentará seguramente os seus rendimentos, em 2019. A Administração prevê, com realismo, que o montante global da facturação da Fundação possa crescer na ordem dos dois dígitos, controlando as despesas com pessoal, que se manterão certamente ao nível de 2018.

5. Estado e Outros Entes Públicos

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

6. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período

Após o termo do período e até à presente data, não ocorreram acontecimentos subsequentes com relevância que impliquem ajustamentos e/ ou divulgação nas contas do período.

7. Variação Patrimonial Líquida do Período

Pelo exposto, a variação patrimonial líquida positiva do período espelhou-se em € 44 565,81.

Proposta da aplicação dos resultados: A Administração propõe que o resultado positivo seja aplicado na incorporação nos Fundos Patrimoniais.

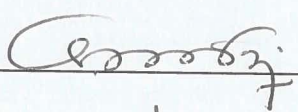
8. Considerações finais

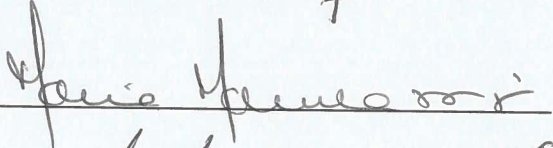
Pelo exposto, no presente relatório de gestão, pode concluir-se que o projeto da Fundação Fernando Pessoa, nas suas duas vertentes principais – o ensino superior e a prestação de cuidados de saúde -, tem vindo a fazer o seu caminho com total segurança e sempre com uma perspetiva clara de consolidação da sua filosofia de construção de um comunidade humana interna que se sinta verdadeiramente vinculada ao desenvolvimento da instituição, por fazer dela parte integrante e, por isso, usufruindo dos direitos que tal pertença lhe confere mas também consciente dos deveres e da responsabilidade que tem com o futuro da Fundação. O conselho de administração quer acreditar que todos os membros da comunidade pessoana reconhecem que esta instituição é um exemplo de dedicação, de desprendimento e de dádiva, como todas as fundações devem ser, de muito trabalho e de grande rigor na administração de um património que se fez sem quaisquer apoios financeiros públicos. A Fundação é fruto da cultura de risco e do animus donandi da família que a criou e a administra.

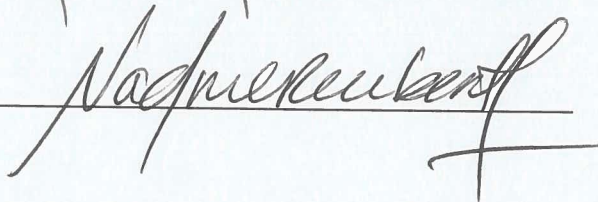


Porto, 18 de Abril de 2019

O Conselho de Administração





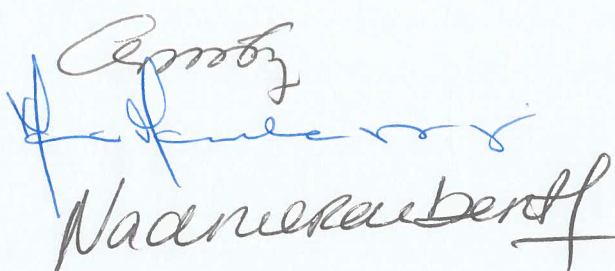


Entidade: Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa
 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
 Período findo em 31 de Dezembro de 2018

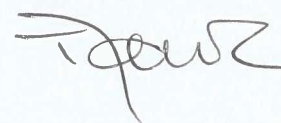
Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de clientes	+	33 061 515.24	30 617 833.03
Pagamentos a fornecedores	-	10 314 187.53	9 688 456.23
Pagamentos ao pessoal	-	20 437 231.00	17 878 092.31
Caixa gerada pelas operações		2 310 096.71	3 051 284.49
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-35 491.02	-10 512.82
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	+	770 129.66	460 985.70
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		3 044 735.35	3 501 757.37
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		319 867.66	170 763.62
Activos Intangíveis		0.00	13 298.76
Investimentos Financeiros		0.00	0.00
Outros activos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		0.00	0.00
Activos Intangíveis		6 995.42	0.00
Investimentos Financeiros		0.00	461 701.70
Outros activos		0.00	0.00
Subsídios para investimentos		0.00	0.00
Juros e rendimentos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-312 872.24	277 639.32
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0.00	301 127.49
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		2 338 561.72	2 583 957.36
Juros e gastos similares		605 592.43	702 869.62
Dividendos		0.00	0.00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-2 944 154.15	-2 985 699.49
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-212 291.04	793 697.20
Efeito das diferenças de câmbio/ Variações do justo valor		5.45	0.00
Correcções saldos iniciais		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 265 020.42	1 471 323.22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 052 734.83	2 265 020.42

A Administração


 Nadine Raubert

A Contabilista Certificada (CC nº 47326)



Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

Demonstração Individual dos resultados por natureza em 31 Dezembro 2018

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa * NIF 502 057 602

	31/dez/18	31/dez/17
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e Serviços Prestados	33 361 340.79	30 833 280.30
Subsídios, doações e legados à exploração	187 624.23	232 519.10
Variação nos inventários da produção	0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade	0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 161 850.72	-1 915 357.90
Fornecimentos e serviços externos	-8 356 665.28	-7 797 456.14
Gastos com o pessoal	-20 688 847.88	-18 173 389.95
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-2 290.00	-1 054.60
Provisões (aumento / reduções)	-50 001.00	-557 140.62
Outras Imparidades (perdas/reversões)	0.00	341 314.71
Aumentos / reduções justo valor	0.00	-80 109.39
Outros rendimentos	442 515.54	421 951.62
Outros gastos	-219 638.36	-562 230.89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 512 187.32	2 742 326.24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 845 476.99	-1 863 251.13
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos	666 710.33	879 075.11
Juros e rendimentos similares obtidos	0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados	-608 648.94	-702 891.16
Resultado antes de Impostos	58 061.39	176 183.95
Imposto sobre o rendimento do período	13 495.58	35 491.02
Resultado líquido do período	44 565.81	140 692.93

A Administração

[Handwritten signatures in blue ink]
 Naduereau
 T

A Contabilista certificada (CC n.º 47326)

[Handwritten signature in black ink]

[Handwritten mark in blue ink]

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2018

Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa * NIF 502.057.602

ACTIVO		NOTAS	31-dez-18	31-dez-17
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis		4	38 238 330.54	39 718 483.11
Bens do património histórico e cultural			0.00	0.00
Activos intangíveis		5	265 190.71	328 970.46
Investimentos financeiros		11.2;11.4	30.91	30.91
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros			0.00	0.00
Outros créditos e activos não correntes		11.4	118 602.53	75 380.07
			38 622 154.69	40 122 864.55
Activo corrente				
Inventários		7	547 461.82	616 219.25
Créditos a receber		11.4	3 063 504.31	3 147 692.29
Adiantamentos fornecedores		11.4	11 596.58	453.69
Estado e outros entes públicos			0.00	0.00
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros			0.00	0.00
Diferimentos		11.4	122 569.51	74 804.33
Outros activos correntes		11.4	781 556.93	203 974.03
Caixa e depósitos bancários			2 052 734.83	2 262 247.08
			6 579 423.98	6 305 390.67
TOTAL DO ACTIVO			45 201 578.67	46 428 255.22
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
FUNDOS PATRIMONIAIS:				
Fundos		11.3	11 463 945.51	11 323 252.58
Excedentes Técnicos			0.00	0.00
Reservas		11.3	14 180.96	14 180.96
Resultados transitados		11.3	2 683 958.44	2 729 642.41
Excedentes de revalorização		11.3	486 214.66	486 214.66
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		10;11.3	1 161 153.67	1 224 967.14
			15 809 453.24	15 778 257.75
Resultado líquido do período			44 565.81	140 692.93
Total dos fundos de patrimoniais			15 854 019.05	15 918 950.68
Passivo não corrente				
Provisões		9	607 141.62	557 140.62
Provisões específicas			0.00	0.00
Financiamentos obtidos		6;11.4	12 014 817.99	14 080 879.93
Outras dividas a pagar			0.00	0.00
			12 621 959.61	14 638 020.55
Passivo corrente				
Fornecedores		11.4	1 117 540.79	958 596.79
Adiantamento de clientes			0.00	0.00
Estado e outros entes públicos		11.4	1 312 438.78	954 938.88
Fundadores/beneméritos/patroc./doadores/assoc./membros			0.00	0.00
Financiamentos obtidos		6;11.4	6 738 613.00	7 008 339.44
Diferimentos		11.4	3 345 945.74	3 139 726.43
Outros passivos correntes		11.4	4 211 061.70	3 809 682.45
			16 725 600.01	15 871 283.99
TOTAL DO PASSIVO			29 347 559.62	30 509 304.54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			45 201 578.67	46 428 255.22

A Administração

A Contabilista certificada (CC n.º 47326)

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in black ink]

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS



UNIVERSIDADE
FERNANDO PESSOA



HOSPITAL
FERNANDO PESSOA

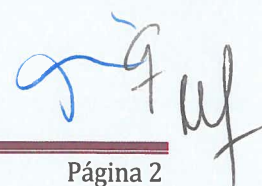
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 Dezembro 2018

(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1.	Identificação da Fundação	03
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	04
3.	Principais políticas contabilísticas alterações nas estimativas contabilísticas e erros	04
4.	Activos fixos tangíveis	12
5.	Activos intangíveis	15
6.	Custos de empréstimos obtidos	16
7.	Inventários	18
8.	Rendimentos e gastos	19
9.	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	20
10.	Subsídios e outros apoios de entidades públicas	21
11.	Instrumentos financeiros	22
12.	Benefícios de empregados	28
13.	Acontecimentos após a data do balanço	30
14.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	31
15.	Outras divulgações	31



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercício Económico de 2018

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Ensino e Cultura “Fernando Pessoa”, foi constituída em 12 de Fevereiro de 1988 e tem a sua sede na Praça Nove de Abril no Porto. A sua atividade principal é o ensino superior, e a secundária é atividades em estabelecimentos de saúde com internamento, prática médica de clinica especializada e em ambulatório.

NIF: 502 057 602

CAE Principal: 85420

CAE Secundário: 86100 / 86220

Conselho de Administração:

Presidente: Salvato Vila Verde Pires Trigo – NIF 129 057 444;

Vice-Presidente: Maria Manuela Rombert Soares Trigo – NIF 144 964 864;

Vogal: Nadine Stella Rombert Trigo – NIF 192 100 220.

Conselho Fiscal:

Presidente do Conselho Fiscal: Arménio Antunes Belo da Silva - NIF 114 609 241;

Vogal do Conselho Fiscal: José Manuel de Pinho Alves Coelho – NIF 192 549 553;

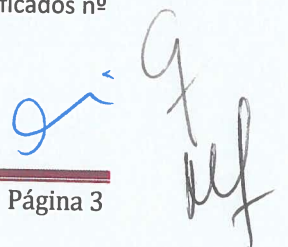
Vogal ROC: PAFT – Pacheco, Amaral, Freitas & Teixeira, SROC, Lda – NIF 510 143 210, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 268;

Relator do Conselho Fiscal: Ana Manuel Lopes Pacheco Teixeira – NIF 205 954 030, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nº 1414;

ROC Suplente: Maria Daniela da Silva de Sousa Freitas Lickfold da Silva – NIF 190 976 802, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas nº 1489.

Contabilista Certificado:

Teresa Maria Ferreira da Graça Porto – NIF 164 663 479, inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados nº 47326.



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2018 as demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, a partir dos registos contabilísticos da Fundação, e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ENSL), de acordo o Aviso nº8259/2015 de 29 de Julho.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do ENSL.

2.3 Comparabilidade

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2018, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística, e de acordo com os mesmos pressupostos do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

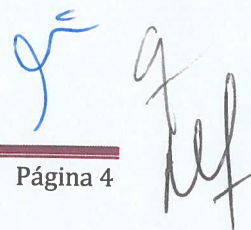
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, NCRF-ENSL, com o objectivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, e do desempenho (resultados).

Pressupostos:

Regime do acréscimo
Continuidade das operações

Características qualitativas da informação financeira:

Compreensibilidade
Relevância
Materialidade



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Fiabilidade
Representação fidedigna
Substância sobre a forma
Neutralidade
Prudência
Plenitude
Comparabilidade

Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Fundação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método da Linha Recta em conformidade com o período de vida útil.

Activos fixos tangíveis

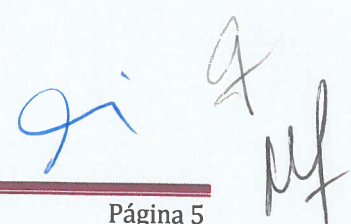
As depreciações destes activos são calculadas segundo o método da Linha Recta, e as vidas úteis e método de reintegrações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos no exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos activos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o activo possa estar em imparidade, é efectuada uma avaliação desses investimentos financeiros, sendo registados como gastos as perdas por imparidade que existam, ou reconhecidas as suas reversões até ao limite das perdas por imparidade registadas,



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Fundação com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pelo qual o activo se encontra registado é superior à quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registado como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é a quantia que se obteria com a alienação do activo numa transacção com entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor do uso é o valor presente dos fluxos de caixa que se esperam do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão por perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade já não existem ou diminuíram. Contudo a reversão é efectuada até ao limite da quantia da perda por imparidade que estaria reconhecida (liquida de amortizações/depreciações).

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos fixos tangíveis adquiridos, mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as correspondentes depreciações acumuladas, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros e outros gastos incluídos no valor das rendas, e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como fórmula de custeio das saídas, em sistema de inventário permanente.

Custos dos empréstimos obtidos

Os custos com os juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, excepto nos casos em que estes estejam directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, neste caso são capitalizados até ao momento em que todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Cientes e outras contas a receber

As contas de “Clientes” e “Outras contas a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido, tendo em conta as informações de mercado no incumprimento de responsabilidades, histórico de saldos vencidos e não recebidos e eventuais processos de acção judicial.

As perdas por imparidade são ajustadas com reforços reconhecidos como gastos no período, ou reversões resultantes do recebimento total ou parcial dos montantes em dívida, como rendimentos do período.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transacção que estejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou passivo não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento acontece quando houver lugar a sua liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Caixa e depósitos bancários

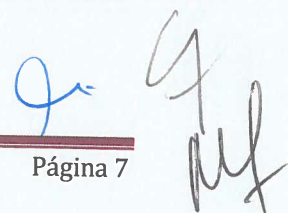
Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, a prazo e a outros depósitos bancários cujos valores possam ser mobilizados sem risco significativo de alteração do seu valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no activo corrente, caso contrário, e quando existam limitações na sua movimentação, são reconhecidos no activo não corrente.

Provisões

As provisões são reconhecidas e revistas na data do balanço, apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como obrigações possíveis ou obrigações presentes, resultantes de acontecimentos passados, quando não é provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos, e sejam incertos e não totalmente controlados.



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Activos contingentes

Os activos contingentes surgem de eventos não planeados ou outros esperados que dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos, e devem ser divulgados no anexo. Quando a sua realização for certa, então o seu reconhecimento deve ser efectuado.

Regime do acréscimo

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras Contas a Receber e a Pagar" e "Diferimentos".

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber, reflectindo eventuais descontos concedidos.

Subsídio do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios são reconhecidos como rendimentos na rubrica "Subsídios à exploração" no próprio período em que são suportadas as diversas despesas aprovadas no orçamento de cada um dos projectos de investigação em curso. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. Na Fundação Fernando Pessoa, temos a contabilização do subsídio nos fundos patrimoniais, referente ao financiamento pelo QREN, no âmbito do programa ON2-FEDER, da Unidade de Cuidados Continuados do Hospital Escola, tendo sido reconhecido um gasto no período em análise no montante de 63 813,47€.

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

As transacções em moeda estrangeira são convertidas em euros utilizando taxas de câmbio que se aproximam das taxas oficiais vigentes à data da operação. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Impostos sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) foi calculado à taxa de 21% sobre a matéria colectável. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce a tributação autónoma sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria colectável, é tido em conta ao somatório dos Rendimentos Globais (IRS – Artigo 53º) mais Incrementos Patrimoniais Gratuitos, menos os Custos Comuns e Benefícios Fiscais, ao qual é aplicada a referida taxa de imposto.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

São ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, e do Seguro de Saúde nos termos previstos com os gastos de acção social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido. Contudo no caso dos contratos de trabalho que cessem até ao final do período seguinte, estão a ser processados e pagos os duodécimos dos subsídios de férias no próprio período. Relativamente ao subsídio de natal, também estão a ser processados e pagos por duodécimos, independentemente do tipo de contrato de trabalho.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Fundação, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Eventos Subsequentes

Desde 2011, ano em que a Fundação começou a ter auditoria financeira, tem vindo a ser mencionada, nas sucessivas Certificações Legais das Contas desde então, uma “Reserva” às subcontas de *Equipamento básico, Equipamento administrativo e Outros ativos fixos tangíveis*, pois os mapas de depreciações diferem dos valores constantes do balancete, face à falta de informação da passagem de testemunho do TOC anterior. Estas divergências resultam dos registos anteriores a 2010, ano em que a Contabilidade mudou de responsável e nos confrontamos com esta situação.

O Conselho de administração tentou, nestes últimos anos, ultrapassar esta situação, aguardando nomeadamente despacho jurídico, com vista à obtenção de informação contabilista dos ativos fixos tangíveis, mas, dada a complexidade e morosidade, o Conselho de administração, resolveu em 22 de Janeiro de 2019, optar por contratar uma empresa externa, a “B4B CONTABILIDADE E CONSULTORIA, Lda.”, com o objetivo de se apurar o verdadeiro valor dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os objetivos acordados para este projeto incluíram:

- Realizar a reconciliação físico-contabilística dos ativos inventariados, ou seja, associar a esses ativos os respetivos documentos de suporte e a sua valorização, através da recolha do respetivo custo histórico;

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

- Identificar valores de aquisição para os ativos inventariados mas não reconciliados, afetando aos registos disponíveis nos mapas de depreciação e nos mapas contabilísticos;
- Validar a base de dados dos ativos registados, mas não localizados neste processo, por forma a, juntamente com a Fundação Fernando Pessoa, definir o tratamento a dar a esses registos. Neste caso, poderão encontrar-se ativos que devido à sua mobilidade poderão não ter sido localizados aquando da inspeção física (computadores portáteis, máquinas fotográficas, etc.), assim como registos de ativos não inventariáveis fisicamente, como software, acessórios informáticos adquiridos em anos em que computadores do mesmo ano já não existam fisicamente, entre outros;
- Identificação dos ativos a abater;
- Atualização dos registos e dos valores a considerar no mapa de depreciações, cruzando com os valores registados nos ativos fixos da contabilidade

Este processo, iniciado em Fevereiro e com previsão de conclusão no final do mês de março, revelou-se, de facto, bastante mais demorado e, por diversas razões, ainda não se encontra concluído, não sendo ainda possível validar os registos necessários.

No entanto, é nossa expectativa que a sua conclusão ocorra até ao final do 1º semestre de 2019.

b) Outras políticas contabilísticas

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação. Em 2018 utilizamos a taxa de câmbio Dólar dos Estados Unidos, para valorizar a quantia disponível em fundo de maneo, que ascende 138,00 USD (120,52€).

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

Juízos de valor críticos

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, a entidade adoptou pressupostos e estimativas com base nas normas previstas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, sendo avaliado de forma periódica eventuais obrigações, que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- I) Gastos estimados por acréscimo: Remunerações de férias e subsídio de férias, imposto municipal sobre imóveis, seguros a liquidar, subcontratos e honorários referentes a serviços médicos, honorários

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

- de docência, trabalhos especializados e outros gastos como conservação e reparação, comunicação, eletricidade, gás, água, etc ...;
- II) Gastos a reconhecer: Seguros liquidados, licenças de software, quotizações e outros serviços;
 - III) Rendimentos estimados por acréscimo: Propinas e subsídios à exploração dos diversos projectos de investigação e desenvolvimento em curso na Universidade, assim como rendimentos relacionados com a actividade hospitalar na Unidade de Cuidados Continuados, internamento na Unidade de Longa Duração e cirurgias realizadas em 2018, cuja faturação ocorrerá em 2019;
 - IV) Rendimentos a reconhecer: Propinas pagas no exercício económico em análise e subsídios à exploração de alguns projectos em curso;
 - V) Provisões: Foi considerada uma provisão relativamente a um processo judicial em curso, no valor total de 50.000,01€ referente ao pedido de pagamento de uma indemnização por negligência médica.
 - VI) Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras no período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram:

- Acréscimo de gastos das remunerações de férias, subsídio de férias e respectivos encargos contributivos com a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, o que perfizeram o montante total de 2.481.304€;
- Acréscimo de gastos referente a subcontratos, essencialmente de empresas que prestam serviços médicos que ascendeu 165.205€ e honorários de prestadores de serviços, tais como professores, médicos, enfermeiros e outros no valor total de 161 126€;
- Acréscimo de rendimentos relativamente ao Hospital Escola que se cifra em 552.576€;
- Acréscimo das propinas por receber no período de 2018, no valor total de 182.060€;
- Diferimento de propinas recebidas em 2018, que dizem respeito ao exercício de 2019 no montante de 3.197.493€;
- Estimativa de provisão para perdas nos processos judiciais em curso que se cifra no valor de 50.000€;

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para as Entidades do sector não lucrativo.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros reconhecidas nas demonstrações financeiras, refletem a evolução previsível da Fundação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período.

3.2 Alterações nas políticas contabilísticas

Políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas na preparação e apresentação de demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas utilizadas decorrem das normas aplicáveis no referencial contabilístico adoptado pela Fundação (ver nota 2), sendo aplicadas de forma consistente excepto quando a alteração resulta em informação mais fiável e relevante.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A aplicação inicial de uma norma e as alterações à aplicação de normas estão devidamente divulgadas, e os seus efeitos aplicados retrospectivamente até ao ponto em que seja impraticável determinar quer os efeitos específicos de um período, quer o efeito cumulativo da alteração.

Na ausência de uma norma ou interpretação que se aplique especificamente a uma transacção, outro acontecimento ou condição, a Administração ajuizará quanto ao desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística que resulte em informação que garanta as características qualitativas das demonstrações financeiras a apresentar.

Não existiram alterações nas políticas contabilísticas.

A impossibilidade de quantificação dos efeitos retrospectivos de alterações de políticas e/ou da correcção de erros materiais é objecto de divulgação.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

As estimativas e os pressupostos subjacentes são determinados com base no melhor conhecimento existente à presente data dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os efeitos das alterações de estimativas (que não decorram de alterações de políticas contabilísticas) são reconhecidos prospectivamente nos resultados do período de alteração e/ou períodos posteriores.

Neste exercício não existiram alterações nas estimativas contabilísticas.

3.4 Erros materiais de períodos anteriores

Não existem erros materiais no período em apreço.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

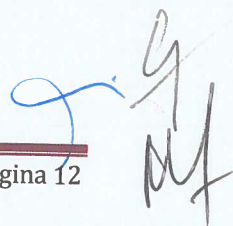
Enquadramento da política

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A mensuração subsequente dos activos fixos tangíveis assenta no modelo do custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual, tradicionalmente nulo, e os duodécimos no ano de aquisição e no ano de alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



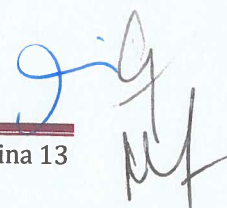
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubrica	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	6 a 20
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 20

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, os abates, as amortizações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2017	Adições	Transferência entre contas	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2018
Activos Fixos Tangíveis							
Terrenos e Rec. Naturais	1479 289.44 €						1479 289.44 €
Edifícios e Out. Construções	48 771 686.91 €	44 738.94 €					48 816 425.85 €
Equip. Básico	13 631 247.24 €	209 266.80 €			43 294.49 €		13 797 219.55 €
Equip. Transporte	349 752.05 €	- €					349 752.05 €
Equip. Administrativo	2 569 291.08 €	2 323.80 €					2 571 614.88 €
Outros activos tangíveis	113 910.55 €	82 242.02 €			57.24 €		196 095.33 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	66 915 177.27 €	338 571.56 €	- €	- €	43 351.73 €	- €	67 210 397.10 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis							
Edifícios e Out. Construções	16 419 358.57 €	1 143 342.94 €					17 562 701.51 €
Equip. Básico	7 922 303.96 €	598 799.44 €			13 320.26 €		8 507 783.14 €
Equip. Transporte	344 961.39 €	4 106.24 €					349 067.63 €
Equip. Administrativo	2 464 485.80 €	22 915.59 €					2 487 401.39 €
Outros Activos Tangíveis	45 584.44 €	19 585.69 €			57.24 €		65 112.89 €
Total Depreciações Acumuladas	27 196 694.16 €	1 788 749.90 €	- €	- €	13 377.50 €	- €	28 972 066.56 €
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	39 718 483.11 €	1 450 178.34 €	- €	- €	29 974.23 €	- €	38 238 330.54 €



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Dispêndios com bens e equipamentos no âmbito dos projectos de investigação em curso, financiados por entidades externas

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018, a Fundação não suportou dispêndios com novos bens e equipamentos com os projectos de investigação em curso, mas estão a ser depreciados os bens adquiridos em anos anteriores da seguinte forma:

Descrição	31/12/2017	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2018
Activos Fixos Tangíveis						
Equip. Básico	51589.19 €	- €		- €		51589.19 €
Equip. Administrativo	15 580.80 €	- €				15 580.80 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	67 169.99 €	- €	- €	- €	- €	67 169.99 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis						
Equip. Básico	24 856.73 €	4 394.01 €				29 250.74 €
Equip. Administrativo	12 143.22 €	654.93 €				12 798.15 €
Total Depreciações Acumuladas	36 999.95 €	5 048.94 €	- €	- €	- €	42 048.89 €
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	30 170.04 €	- 5 048.94 €	- €	- €	- €	25 121.10 €

O mapa abaixo evidencia o investimento na Unidade de Cuidados Continuados, por rubricas de activo e respetivas depreciações:

Descrição	31/12/2017	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2018
Activos Fixos Tangíveis - Unidade de Cuidados Continuados						
* Edifícios e Outras Construções	1637 055.24	2 029.99				1639 085.23 €
* Equip. Básico	319 980.31 €	19 178.78 €				321 900.09 €
* Equip. Administrativo	17 988.92 €					17 988.92 €
TOTAL ACTIVO FIXO TANGÍVEL BRUTO	1 975 024.47 €	3 949.77 €	- €	- €	- €	1 978 974.24 €
Depreciações Activos Fixos Tangíveis						
Edifícios e Outras Construções	122 779.16 €	410 143.43 €				163 798.59 €
Equip. Básico	618 719.4 €	20 869.54 €				82 741.48 €
Equip. Administrativo	7 039.67 €	2 346.75 €				9 386.42 €
Total Depreciações Acumuladas	191 690.77 €	64 235.72 €	- €	- €	- €	255 926.49 €
ACTIVO FIXO TANGÍVEL LÍQUIDO	1 783 333.70 €	- €	- €	- €	- €	1 723 047.75 €

Observações complementares: Foi celebrado em 31 de Agosto de 2011, um contrato de financiamento ao abrigo do QREN (ON2-FEDER) com o objectivo de financiar as obras da Unidade de Cuidados Continuados, correspondente ao 3º piso do Hospital Escola, no valor de 2.016.683€, com uma participação de 70%, ou seja 1.411.678€. O valor investido rondou 1.999.005€, e foi financiado no montante total de 1.399.303€, totalmente recebido.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Anualmente, estão a ser imputadas as depreciações dos equipamentos e reconhecida a regularização da quota-parte subsidiada, conforme divulgação na nota 3 na página 8 e nota 10 na página 20 deste Anexo.

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, foi o seguinte:

Descrição	31/12/2017	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2018
Activos Intangíveis						
Direito de superfície	250 000.00 €					250 000.00 €
Propriedade Industrial	260 015.93 €					260 015.93 €
Programas de Computador	207 574.81 €			7 995.00 €		199 579.81 €
TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO	717 590.74 €	- €	- €	7 995.00 €	- €	709 595.74 €
Amortizações Activos Intangíveis						
Direito de superfície	50 000.00 €	25 000.00 €				75 000.00 €
Programas de Computador	79 345.34 €	31 730.27 €		999.58 €		110 076.03 €
Propriedade Industrial	259 274.94 €	54.06 €				259 329.00 €
Total Amortizações Acumuladas	388 620.28 €	56 784.33 €	- €	999.58 €	- €	444 405.03 €
ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	328 970.46 €	- 56 784.33 €	- €	6 995.42 €	- €	265 190.71 €

Dispêndios com bens activos intangíveis no âmbito dos projectos de investigação em curso financiados por entidades externas

Os activos intangíveis são registados inicialmente pelo custo. A mensuração subsequente dos activos intangíveis assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta e quotas mínimas, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2018, a Fundação não suportou qualquer valor de aquisição de ativos fixos intangíveis, relativos a projectos de investigação em curso.

Descrição	31/12/2017	Adições	Alienações	Abates	Perdas por imparidade	31/12/2018
Activos Intangíveis						
Programas de Computador	3 876.29 €	- €				3 876.29 €
TOTAL ACTIVO INTANGÍVEL BRUTO	3 876.29 €	- €	- €	- €	- €	3 876.29 €
Depreciações Activos intangíveis						
Programas de Computador	3 876.29 €	- €				3 876.29 €
Total Amortizações Acumuladas	3 876.29 €	- €	- €	- €	- €	3 876.29 €
ACTIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO	- €	- €	- €	- €	- €	- €



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica	Vida útil (anos)
Programas de computadores	6
Direito de superfície	10
Propriedade industrial	40

As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Por outro lado foi reconhecido o direito de superfície, como ativo intangível, no valor de 250 000,00€ de acordo com o protocolo assinado com o Município de Gondomar, que prevê a Instalação do Hospital-Escola, sobre o terreno em que é propriedade o Município de Gondomar com uma área de 15000 m2, pelo período de 50 anos e prorrogável, desde que se continuem a verificar os pressupostos da sua constituição, por períodos iguais e sucessivos de 20 anos.

6. Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

Gastos e perdas de financiamento	31/12/2018	31/12/2017
Juros suportados		
Juros de financiamento	471057.31€	504 414.82 €
Juros de leasing	95 982.15 €	136 641.88 €
Outros gastos e perdas de financiamento	41609.48 €	61812.92 €
Total	608 648.94 €	702 869.62 €

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	31/12/2018	31/12/2017
Instituições de crédito:		
12 anos - Montepio Geral 173.06.100013-1	11838916.88 €	12699467.19 €
8 anos - Montepio Geral 173.06.100014-9	1299374.70 €	2243973.65 €
Conta caucionada - M G nº 17330100043	2980000.00 €	2980000.00 €
Empréstimo CGD nº 0091002690092	210000.00 €	210000.00 €
Livranças CGD / M G	166000.00 €	517000.00 €
Leasing's	942046.59 €	1285049.06 €
Adiantamentos / Factoring	1317092.82 €	1153729.47 €
Total	18753430.99 €	21089219.37 €

Descrição do passivo corrente e não corrente, assim como os montantes em dívida, referente aos financiamentos obtidos:

Financiamentos	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito	520946153 €	11284830.05 €	1649429158 €	551161137 €	13138829.47 €	16650440.84 €
Leasing's	212058.66 €	729987.94 €	942046.60 €	342998.60 €	942050.46 €	1285049.06 €
Adiantamento/Factoring	1317092.82 €	- €	1317092.82 €	1153729.47 €	- €	1153729.47 €
Total	6738613.01 €	1201487.99 €	18753431.00 €	7008339.44 €	14080879.93 €	21089219.37 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Instituições de Crédito e Socied. Financeiras	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa Leasing (cont. 76345)	- €	- €	- €	14 444.21 €	- €	14 444.21 €
Caixa Leasing (cont. 345250)	11 380.44 €		11 380.44 €	45 888.57 €	11 378.09 €	57 266.66 €
Caixa Leasing (cont. 82776)	- €	- €	- €	6 061.86 €	- €	6 061.86 €
Caixa Leasing (cont. 82775)	- €	- €	- €	5 936.38 €		5 936.38 €
Caixa Leasing (cont. 86407)	- €	- €	- €	20 842.83 €		20 842.83 €
Caixa Leasing (cont. 86068)	- €	- €	- €	4 866.14 €		4 866.14 €
Caixa Leasing (cont. 88691)	7 197.30 €	- €	7 197.30 €	22 603.99 €	7 195.68 €	29 799.67 €
Caixa Leasing (cont. 93262)	10 916.35 €	9 279.72 €	20 196.07 €	10 714.38 €	20 203.91 €	30 918.29 €
BPI Leasing (Ct. 0010026431)	182 564.57 €	720 708.22 €	903 272.79 €	172 283.46 €	903 272.78 €	1 075 556.24 €
Montepio Geral (0023-5)	- €	- €	- €	8 117.49 €	- €	8 117.49 €
Montepio Geral (0024-3)	- €	- €	- €	5 410.04 €		5 410.04 €
Montepio Geral (0095-3)	- €	- €	- €	25 829.94 €		25 829.94 €
TOTAL	212 058.66 €	729 987.94 €	942 046.60 €	342 999.29 €	942 050.46 €	1 285 049.75 €

7. Inventários

Enquadramento da política

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a venda.

O custo de aquisição resulta dos gastos directos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros directamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local actual.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Rubricas	31/12/2018			31/12/2017		
	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas p/ imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	396 485.91€		396 485.91€	451 633.17 €		451 633.17 €
Mercadorias	150 975.91€		150 975.91€	164 586.08 €		164 586.08 €
TOTAL	547 461.82 €	- €	547 461.82 €	616 219.25 €	- €	616 219.25 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018, detalha-se conforme segue:

Movimentos	31/12/2018		31/12/2017	
	Mercadorias	Materias-primas, subsidiarias e de consumo	Mercadorias	Materias-primas, subsidiarias e de consumo
Saldo inicial	164 586.08 €	451 633.17 €	169 553.78 €	448 664.90 €
Compras	775.00 €	2 093 149.81 €	4 009.78 €	1 909 348.69 €
Regularizações	831.32 €	- €	- €	- €
Saldo final	150 975.91 €	396 485.91 €	164 586.08 €	451 633.17 €
Gastos no exercício (CMVMC)	13 553.85 €	2 148 297.07 €	8 977.48 €	1 906 380.42 €

Relativamente ao total das compras de matérias-primas está incluído o montante de 43 327,44€ que corresponde ao IVA liquidado em função do número de refeições servidas no internamento hospitalar. Ou seja a Fundação Fernando Pessoa está enquadrado em IVA com afetação real, pelo que deduzimos o IVA na aquisição das matérias-primas para os serviços do refeitório do HE. Contudo simultaneamente seguem refeições para os serviços de internamento que por sua vez não liquidados IVA, porque são serviços relacionados com a prestação de serviços no âmbito da saúde. Como tal nas compras relacionadas com os serviços de alimentação não podemos deduzir IVA, e o IVA será custo das matérias-primas consumidas.

8. Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade.

Em sede de Prestação de Serviços: o rédito é reconhecido na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período 2018 e 2017:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas		31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
71	Vendas	13 540.57 €	16 112.84 €	- 2 572.27 €	-15.96%
72	Prestação Serviços	33 347 800.22 €	30 817 167.46 €	2 530 632.76 €	8.21%
	Total 71 e 72	33 361 340.79 €	30 833 280.30 €		
75	Subsidios a exploração	187 624.23 €	232 519.10 €	- 44 894.87 €	-19.31%
76	Reversões de perdas por imparidade	- €	341 314.71 €	- 341 314.71 €	-100.00%
78	Outros Rendimentos e Ganhos	442 515.54 €	421 951.62 €	20 563.92 €	4.87%
791	Juros obtidos	- €	- €	- €	#DIV/0!
	Total Rendimentos e ganhos	33 991 480.56 €	31 829 065.73 €	2 162 414.83 €	6.79%

Quantia de cada categoria significativa de gastos reconhecidos durante o período 2018 e 2017:

Rubricas		31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
61	C.M.V.M.C.	2 161 850.72 €	19 535 357.90	- 246 492.82 €	-12.87%
62	For.Serv.Externos	8 356 665.28 €	7 797 456.14	559 209.14 €	7.17%
63	Cust. c/ Pessoal	20 688 847.88 €	18 173 389.95	2 515 457.93 €	13.84%
64	Deprec. Amortizações	1845 476.99 €	1863 251.13	- 17 774.14 €	-0.95%
65	Perdas por imparidade	2 290.00 €	1054.60	1235.40 €	117.14%
66	Perdas redução justo valor	- €	80 109.39	- 80 109.39 €	-100.00%
67	Provisões do período	50 001.00 €	557 140.62	- 507 139.62 €	-9103%
68	Out. Gastos e perdas	219 638.36 €	554 834.98	- 335 196.62 €	-60.41%
69	Gast. e perdas financ.	608 648.94 €	710 287.07	- 101 638.13 €	-14.31%
	Total Rendimentos e ganhos	33 933 419.17 €	31 652 881.78 €	2 280 537.39 €	7.20%

9. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Fundação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação, os quais devem ser considerados na taxa de desconto (antes de impostos) a aplicar à determinação do valor presente da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Foram consideradas provisões para processos judiciais em curso, no valor total de 50.000,01€ referente ao processo que corre seus legais termos pelo Juízo Central Cível do Porto – Juiz 5 por alegada negligência médica cuja Autora Estela Amaral vem pedir indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais.

Estão mensuradas as seguintes provisões de anos anteriores:

- Processo em que a Fundação impugna o pagamento de liquidação de IRC do ano de 2011 no valor total de 362.723,88€ (inclui juros compensatórios). O processo aguarda a designação de dia para inquirição de testemunhas arroladas pelas partes;
- Processo referente ao protocolo com o Centro de Estudios Tecnicos Superiores de Canarias no valor de 141.690,09€. A FFP foi condenada contudo foi recorrido e está em trânsito;
- Processo de pagamento de uma indemnização solidária por danos patrimoniais e não patrimoniais, ao Sr. Carlos Barbosa, por alegada negligência médica em cirurgia feita pelo Dr. Paulo Amado no montante de 22.726,64€. O processo aguarda a elaboração de relatório de perícia médico-legal;
- E o processo no âmbito do contrato de cedência da titularidade dos direitos às convenções com SNS para exames de gastroenterologia e de radiologia e para exames e tratamentos de fisioterapia, por parte da empresa Lifefocus, Ld, no valor de 30.000,01€. Em 19.04.2018 para sentença foi julgada a ação procedente. O processo está em recurso.

Relativamente aos passivos e ativos contingentes no período em apreço:

- Decorre um processo em tribunal cujo impugnante é a Fundação e o impugnado a Autoridade Tributária e Aduaneira no valor de causa de 844.091,23€ referente à impugnação contra a liquidação adicional de IRC (que inclui juros compensatórios) do exercício de 2010. Há probabilidade efetiva de obterem ganho de causa. Aguarda a realização de prova pericial.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Subsidio ao investimento não reembolsável:

QREN (ON2-Feder)	Saldo Inicial 31.12.2017	Depreciação no período	Saldo Final 31.12.2018
Subsidio Unidade Cuidados Continuados	1 207 862.87 €	63 813.47 €	1 144 049.40 €
Total	1 207 862.87 €	63 813.47 €	1 144 049.40 €

Observações: Este subsidio teve impacto nos resultados uma vez que o equipamento em causa está afecto à Unidade de Cuidados Continuados, e apesar de ter obtido o licenciamento em Agosto de 2014, só no exercício de 2015 começou a ter o seu uso pleno, tendo-se iniciado o registo da depreciação dos ativos tangíveis nesse ano. Até 31 de Dezembro de 2018 a conta 593 (Subsídios ao Investimento) foi debitada no total de 255 253,32€, valor este que corresponde às depreciações acumuladas dos ativos tangíveis.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Conforme nota 4, a Fundação beneficiou de um subsídio ao investimento inicial da Unidade de Cuidados Continuados.

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos ou são efetivamente recebidos no período em apreço, e que a Fundação cumprirá ou cumpra as condições exigidas para a sua concessão.

A Fundação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
	Demonstração de resultados	Demonstração de resultados
Programa Erasmus	51 268.17 €	51 350.78 €
FP-ENAS 2013	8 687.84 €	16 080.75 €
FP-ENAS 2016	30 982.78 €	52 694.79 €
PTDC/MAR-BIO/4694/2014	106.27 €	0.00 €
PTDC/SAL-SER/30388/2017	2 650.40 €	0.00 €
RIUSCIRE	0.00 €	8 356.76 €
HARDLEVEL	6 000.00 €	0.00 €
Loockrim	59.86 €	0.00 €
HALLIBURTON	4 808.35 €	5 681.21 €
Sub. Inst. Form. Prof. Emprego	83 060.56 €	98 354.81 €
Total	187 624.23 €	232 519.10 €

Observações: Os subsídios à exploração são considerados como rendimento do exercício, pois visam compensar gastos incorridos no período e tendo em conta ao princípio do acréscimo, os valores registados são independentes do recebimento ter ocorrido no período.

11. Instrumentos financeiros

11.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um activo financeiro numa entidade, e a um passivo financeiro ou instrumento de fundo patrimonial noutra entidade.

Activo financeiro é qualquer activo que seja:

- dinheiro
- um instrumento de fundo patrimonial de outra entidade
- um direito contratual:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

- de receber dinheiro ou outro activo financeiro

- de trocar activos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente favoráveis

d) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo de patrimonial da própria entidade e que seja:

- um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a receber um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

- um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo de instrumentos de capital próprio da própria entidade

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

a) uma obrigação contratual:

- de entregar dinheiro ou outro activo financeiro

- de trocar activos ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis

b) um contrato que seja ou possa ser liquidado em instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade e que seja:

- um não derivado para o qual a entidade esteja, ou possa estar, obrigada a entregar um número variável de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

- um derivado que seja ou possa ser liquidado de forma diferente de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo de instrumentos do fundo patrimonial da própria entidade

Instrumento do fundo patrimonial é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos activos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo) deduzido de eventuais perdas de imparidade.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

As contas a pagar, incluindo empréstimos de financiamento, encontram-se registadas pelo seu valor nominal (método do custo).

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, encontrando-se registados ao custo.

Os instrumentos do fundo patrimonial da fundação são reconhecidos, pelo método do custo, aquando da emissão de tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos do fundo patrimonial.



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

11.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

a) Cotação de mercado

Investimentos Financeiros - Qt 102 - Nexponor, S.A.	31/12/2018	31/12/2017
Cotação	0.30 €	0.30 €
Valor contabilístico	30.60 €	30.60 €
Imparidade / Reversão da imparidade	- €	- €

Investimentos Financeiros - Qt 3129 - BES	31/12/2018	31/12/2017
Cotação	0.0001€	0.0001€
Valor contabilístico	0.31€	0.31€
Imparidade / Reversão da imparidade	- €	- €

11.3 Quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o total dos fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

	31/12/2018	31/12/2017
Fundo patrimonial	11 463 945.51 €	11 323 252.58 €
Reservas reavaliação:		
DL 31/98 DE 11/02	318 908.88 €	318 908.88 €
DL 44/91	47 879.78 €	47 879.78 €
DL 294/92	53 215.01 €	53 215.01 €
Outros excedentes antes impostos	66 210.99 €	66 210.99 €
Reservas:		
Reservas legais	709.05 €	709.05 €
Reservas livres	13 471.91 €	13 471.91 €
Resultados transitados	2 683 958.44 €	2 729 642.41 €
Outros variações fundos patrimoniais:		
Subsídios	1 144 049.40 €	1 207 862.87 €
Doações	17 104.27 €	17 104.27 €
Variação líquida exercício	44 565.81 €	140 692.93 €
Total	15 854 019.05 €	15 918 950.68 €

11.4

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Dívidas da entidade reconhecidas à data do Balanço superior a um ano

Fornecedores/outras contas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de fornecedores/outras contas a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2018			31/12/2017		
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total
PASSIVOS						
Fornecedores	1 117 540.79 €		1 117 540.79 €	958 596.79 €		958 596.79 €
Outras contas a Pagar:	4 211 061.70 €		4 211 061.70 €	3 809 682.45 €		3 809 682.45 €
* Fornecedores Investimentos	55 910.96 €		55 910.96 €	13 385.36 €		13 385.36 €
* Credores por acréscimo gastos	3 019 747.45 €		3 019 747.45 €	2 651 643.91 €		2 651 643.91 €
* Pessoal	2 608.62 €		2 608.62 €	5 788.01 €		5 788.01 €
* Outros credores	1 132 794.67 €		1 132 794.67 €	1 138 865.17 €		1 138 865.17 €
Total do Passivo	5 328 602.49 €	- €	5 328 602.49 €	4 768 279.24 €	- €	4 768 279.24 €

Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gastos numa base linear durante o período da locação.

- a) **Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:**

Descrição	Ano 2019	>1 ano e = 5 anos	>5 anos	Total
BPI Leasing (Cont. 0010026/81)	1 722 834.46 €	689 133.84 €	41 855.49 €	903 272.79 €
CGD (73205)	11 380.44 €		- €	11 380.44 €
CGD (88691)	7 197.30 €		- €	7 197.30 €
CGD (93252)	10 122.00 €	100 74.07 €	- €	20 196.07 €
Total	2 009 832.20 €	689 207.91 €	41 855.49 €	942 045.60 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Passivos financeiros

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos						
* Financiamentos obtidos:						
** Montepio Geral	1853 461.53 €	11284 830.05 €	13 138 291.58 €	1804 611.37 €	13 138 829.47 €	14 943 440.84 €
** Locações Financeiras	212 058.66 €	729 987.94 €	942 046.60 €	342 998.60 €	942 050.46 €	1285 049.06 €
** Outros	4 673 092.82 €	- €	4 673 092.82 €	4 860 729.47 €	- €	4 860 729.47 €
Passivo Total	6 738 613.01 €	12 014 817.99 €	18 753 431.00 €	7 008 339.44 €	14 080 879.93 €	21 089 219.37 €

Diferimentos (Passivos)

Descrição Diferimentos	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos						
Rendimentos a reconhecer:						
* Anuidades	3 197 493.97 €	- €	3 197 493.97 €	3 053 828.27 €	- €	3 053 828.27 €
* Subsídios para Investimento	74 345.21 €	- €	74 345.21 €	64 414.65 €	- €	64 414.65 €
* Outros rendimentos a reconhecer	74 106.56 €	- €	74 106.56 €	21483.51 €	- €	21483.51 €
Total	3 345 945.74 €	- €	3 345 945.74 €	3 139 726.43 €	- €	3 139 726.43 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Passivos	- €	- €	- €			
Imposto s/o rendimento	13 495.58 €	- €	13 495.58 €	35 491.02 €	- €	35 491.02 €
Retenções de impostos s/rendimentos	- €	- €	- €	- €		- €
* Trabalho dependente	435 855.00 €	- €	435 855.00 €	299 210.00 €	- €	299 210.00 €
* Trabalho Independente	36 970.22 €	- €	36 970.22 €	41 451.37 €	- €	41 451.37 €
* Rendimentos prediais	7 500.00 €	- €	7 500.00 €	7 500.00 €	- €	7 500.00 €
* Sobre taxa	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Impostos s/valor acrescentado	32 875.13 €	- €	32 875.13 €	18 607.28 €	- €	18 607.28 €
Contribuições p/Seg. Social, CGA e ADSE	785 742.85 €	- €	785 742.85 €	552 679.21 €	- €	552 679.21 €
Total Passivo	1 312 438.78 €	- €	1 312 438.78 €	954 938.88 €	- €	954 938.88 €

11.4 Dívidas à entidade reconhecidas à data do Balanço superior a um ano

Rubricas	31/12/2018			31/12/2017			
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas p/ imparidade acumulados	Activos financeiros reexpress	Total
ACTIVOS							
Créditos a receber	3 063 504.31 €		3 063 504.31 €	3 147 692.29 €			3 147 692.29 €
Outros ativos correntes	78 155.93 €		78 155.93 €	203 974.03 €			203 974.03 €
* Devedores por acréscimo de rendimento	777 910.26 €		777 910.26 €	1 163.61 €			1 163.61 €
* Outros Devedores	3 646.67 €		3 646.67 €	12 360.42 €			12 360.42 €
Total Activo	3 845 061.24 €	- €	3 845 061.24 €	3 351 666.32 €	- €	- €	3 351 666.32 €

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento Fornecedores	11 596.58 €	453.69 €
Total	11 596.58 €	453.69 €

Handwritten signature

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Activos financeiros

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Outros activos financeiros	- €	30.91€	30.91€	- €	30.91€	30.91€
Fundo Comp. Trabalho	- €	118 602.53 €	118 602.53 €	- €	75 380.07 €	75 380.07 €
Activos Total	- €	118 633.44 €	118 633.44 €	- €	75 410.98 €	75 410.98 €

Diferimentos (Activos)

Descrição Diferimentos	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Gastos a reconhecer:						
* Seguros	40 504.70 €	- €	40 504.70 €	53 019.81 €	- €	53 019.81 €
* Licenças	16 568.82 €	- €	16 568.82 €	17 754.44 €	- €	17 754.44 €
* Outros gastos a reconhecer	65 495.99 €	- €	65 495.99 €	4 030.08 €	- €	4 030.08 €
* Gastos Hospital Escola	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	122 569.51 €	- €	122 569.51 €	74 804.33 €	- €	74 804.33 €

12. Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

- benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento;
- benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego;

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

c) outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos;

d) benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.

Gastos com Pessoal Totais	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações Pessoal	16 778 772.20 €	14 788 129.74 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	3 681 665.66 €	3 189 576.93 €
Indemnizações	54 959.99 €	32 180.63 €
Outros gastos	173 450.03 €	163 502.65 €
Total	20 688 847.88 €	18 173 389.95 €

Gastos com Pessoal	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações Pessoal	16 674 163.38 €	14 658 515.12 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	3 659 805.81 €	3 160 741.71 €
Indemnizações	54 959.99 €	32 180.63 €
Outros gastos	173 450.03 €	163 502.65 €
Total	20 562 379.21 €	18 014 940.11 €

O número médio de trabalhadores em 2018 foram 834, sendo 3 o número de membros dos órgãos de administração. Contudo o Presidente da Administração não auferir qualquer remuneração.

Gastos com Órgãos de Administração	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações	104 608.82 €	129 614.62 €
Encargos s/ remunerações do Pessoal	21 859.85 €	28 835.22 €
Outros gastos	- €	- €
Total	126 468.67 €	158 449.84 €

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

13. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço e até à data de autorização para emissão (presente data) que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço foram reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

14. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Honorários do Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços	31-Dez-18	31-Dez-17
Revisão legal de contas	11.000,00€	11.000,00€
Iva 23%	2.530,00€	2.530,00€
Total	13.530,00€	13.530,00€

15. Outras divulgações

15.1 Divulgação de partes relacionadas

a) Erasmo – Empreendimentos Educativos, Lda – NIF 502 227 001

Transacção e saldos pendentes a 31.12.2018:

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Partes relacionadas	Financeiros / Operacionais		
	Saldos pendentes de passivos	Perdas por imparidade acumuladas	Perdas por imparidade no período
Erasmø, Lda	735 000.00 €	- €	- €

Em 17 de Junho de 2011 a sociedade Erasmø-Empreendimento Educativos, Lda, emprestou à Fundação Ensino Cultura Fernando Pessoa a quantia 900 000,00€. No ano de 2018 não houve qualquer transação .

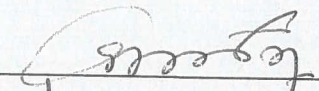
15.2 Outras divulgações consideradas relevantes

Não existem divulgações a considerar.

Porto, 18 de Abril de 2019

A Administração:

A Contabilista Certificada n.º47326:



Maria Helena
